

MARILENA CHAUÍ

RESISTIR ÀS  
DETERMINAÇÕES DO  
MERCADO, EM BUSCA DA  
AUTONOMIA DO SABER



**Z** é Carlos, deixa eu te dizer uma coisa. Quando se formam pequenas coletividades, pequenas sociedades que acabam operando em conjunto, elas acabam produzindo um ideário comum, que se exprime numa linguagem comum que é reconhecível por todos. O que nós aqui nessa comunidade chamamos de universidade produtivista é o que você acabou de propor. Então, é um debate de verdade. Vamos ter um debate de verdade, porque quando foi colocado pela Adusp o “ou” como alternativa, e você ao traduzir produtivista por *produtiva* colocou o “ou” como inclusiva, a intenção era que houvesse mesmo um debate entre duas concepções de universidade.

Agora, preciso esclarecer um pouco o que eu vou dizer aqui hoje. Faz uns dois anos que eu venho dizendo qual é a universidade que nós não queremos. Todo um conjunto de debates e discussões que fizemos, textos que acabei produzindo tanto para uso interno nosso como depois para divulgação em jornais e livros, e que fundamentalmente se colocavam como crítica da universidade como organização social; uma avaliação do percurso que nos levou durante a Ditadura à universidade funcional; depois, no correr dos anos 80, a universidade funcional; e depois, no correr dos anos 90, à universidade operacional, à qual eu atribuo uma das causas dessa crise de legitimidade que corretamente o Bresser apontou. Então, hoje eu preferiria não voltar por esse caminho.

Sei que fica meio maluco, porque era hoje que eu tinha que voltar. Depois da fala do Bresser, eu tinha que voltar a isso. Mas talvez a gente possa voltar na hora do debate. Porque eu gostaria de ir numa direção mais propositiva, já que a pergunta é que universidade nós queremos. E, para não parecer que nós só somos capazes de nos

***A busca da autonomia do saber, e portanto a idéia de uma universidade crítica, é aquela que compreende e interpreta o processo de determinação das instituições pelo mercado — e cria armas de combate teórico e prático contra esse processo***

lamentar, e que nós esperamos que as propostas venham do outro lado e a gente só serve para malhar a proposta vinda do outro lado e não somos capazes de fazer uma proposta. Eu gostaria de começar tomando o tema da autonomia. Mas focalizando o tema da autonomia por outra perspectiva.

Nós sabemos que uma das marcas daquilo que se chama a modernidade é, no caso das artes e das ciências e da filosofia, a busca da

autonomia, ou seja, o definir-se a partir de suas questões lógicas próprias, internas, e não pela sua submissão ao poder teológico, ao poder político, ao poder eclesiástico, ao poder estatal. É óbvio que o projeto da modernidade, como o projeto da autonomia, vai esbarrar inevitavelmente no seu grande obstáculo, porque se as artes, a filosofia e as ciências se libertam da subordinação à teologia e à religião e se libertam da subordinação ao poder absoluto ou ao antigo regime, elas vão enfrentar um outro poder, mais terrível certamente, porque imperceptível, que é o poder do mercado.

Portanto, a luta pela autonomia se realiza sob um processo no qual cada passo de afirmação de um saber autônomo implica quase em dois passos atrás, por causa da determinação desse saber pelo capitalismo, pelo capital ou pelo que hoje em dia se chama as leis do mercado. Nesse sentido, seria ilusório, seria utópico no mau sentido, nós quereremos discutir a questão da autonomia, como autonomia do saber, fazendo de conta que a determinação do mercado não existe ou que ela é irrelevante.

No entanto, penso que a posição que se contrapõe à posição que eu estou aqui chamando de utópica no mau sentido — isto é, aquela que a todo custo quer ignorar a determinação de todas as instituições sociais, no modo de produção capitalista, pelo mercado — é aquela que considera que essa determinação pelo mercado é a *ratio ultima* das instituições, que ela determina necessária e verdadeira-

mente a lógica dessas instituições, e que é a adequação dessas instituições à lógica do capital, ou a lógica do mercado, que garante a sua existência e a sua legitimidade.

Ora, penso que a questão que a autonomia, como autonomia do saber, primeiro de tudo, nos coloca é, diante da necessidade de compreender que a determinação pelo mercado, e portanto a articulação interna que existe entre todas as instituições sociais na sociedade capitalista (e portanto entre elas a universidade) e as condições econômicas, ao não ser ignorada não significa ser tomada como a *ratio* e a determinação em última instância da nossa atividade. Pelo contrário. A busca da autonomia, e portanto a idéia de uma universidade crítica, é aquela que compreende esse processo, explica esse processo, interpreta esse processo, resiste a ele e cria armas de combate teórico e prático contra isso.

Então, não é dar as costas à determinação econômica da instituição. Mas é não fazer dessa determinação econômica o nosso credo. É portanto o trabalho pelo qual nós podemos compreender o que se passa, compreender a origem da nossa própria instituição, e os problemas e contradições que ela enfrenta na medida em que ela tem como alvo, como objetivo, a produção autônoma do saber, e tem como realidade geral e cotidiana o bloqueio ao exercício da sua autonomia. Ao falar isso, quero dar dois exemplos do que significa tratar de maneira diversa o problema da determinação pelo mercado.

Uma instituição social não se

define apenas por sua determinação econômica. Ela se define também pelo conjunto de práticas que realiza como instituição social, e pelo modo como se articula à ação política. Isso significa, para tomar um exemplo simples, que a universidade pública *gratuita* — porque isso é o que o Bresser esqueceu de dizer, pública *gratuita*, é disso que se trata para nós — se insere numa tradição política republicana, inicialmente, libertária depois, de afirmação da educação em todos os níveis como um direito. E é a perspectiva política da afirmação da educação como um direito, em todos os níveis — e portanto a não confusão de um direito com um serviço — que leva, no caso da universidade pública gratuita, à sua relação com os fundos públicos.

Portanto, não é que o Estado custeia uma universidade cara, ineficiente, improdutiva. Isso vamos discutir daqui a pouquinho. O que a universidade pública, como o ensino público gratuito de primeiro e segundo graus, significa é que na partilha republicana democrática, porque é nesse campo que nós temos que falar, não dá para ir além desse (por enquanto, né), há uma luta política pela distribuição, repartição e divisão e uso do fundo público. Porque se nós deixarmos só por conta do Estado brasileiro tal como ele é (e como ele sempre foi: oligárquico, autoritário), é óbvio que ele dirigirá a totalidade dos fundos públicos para as atividades econômicas e políticas da classe dominante.

É portanto no interior de uma luta política que a discussão da des-

tinuação dos fundos públicos para a educação, e aí incluída a educação no nível universitário, se coloca. E é portanto, sem desconsiderar todo o problema que a determinação do mercado coloca para nós em termos da autonomia do conhecimento, que o caráter público, republicano e democrático da universidade pode, pela via da operação política, assegurar, em grande parte, uma autonomia de conhecimento, de saber e de ação que, considerada apenas a determinação do mercado, ela não poderia ter.

E portanto é nesta corda bamba difícil, neste fio da navalha, nessa situação que não ousou chamar de dialética porque dialética é quando tem contradição — nós aqui não temos uma contradição de verdade, nós temos um problema e uma dificuldade —, nesse lugar instável e complicado em que a determinação econômica e a ação política se enfrentam, que a questão do caráter público, gratuito e autônomo da universidade pode ser discutida.

Ou seja, estou querendo tirar a discussão da afirmação de que ela é muito cara, de que ela é ineficiente, e de que os ricos devem pagar pelos pobres, porque na universidade pública estão os ricos. Quero que a gente se desloque do senso comum social, porque é o senso comum social que colabora para a corrosão da nossa legitimidade, a partir evidentemente de toda uma operação *sistematicamente* realizada por alguns partidos políticos e pelos meios de comunicação.

A isso eu queria acrescentar agora, ainda no campo da autonomia, a questão da autonomia tanto



***A burocracia estatal  
é uma formação social  
de exercício do poder.  
É preciso que haja um  
poder universitário  
que possa exercer  
o controle sobre a  
burocracia para que  
ela não se realize  
como um poder, que  
é o verdadeiro poder  
que rege a USP***

do ponto de vista administrativo quanto do ponto de vista financeiro, porque a primeira referência que eu fiz foi à autonomia do conhecimento. Aqui nós enfrentamos um problema muito específico, que é o fato de que o governo da universidade, estou me referindo a nós, o governo da universidade é, no seu cotidiano, como exercício e operação administrativa, realizado por uma burocracia estatal. Ora, nós sabemos que a burocracia estatal não é um instrumento de administração, e muito menos de racionalização. A burocracia estatal é uma formação social de exercício do poder.

Ela é uma forma do exercício do poder, baseada na hierarquia, no segredo e na rotina. Não são predicados pejorativos, é a forma de ser da burocracia. Ela opera segundo o princípio da hierarquia,

do segredo e da rotina. É por isso que ela é, enquanto exercício de um poder, a antidemocracia por excelência. Ela opera com a hierarquia não com a igualdade; opera com o segredo e não com o direito, a produção, recepção e circulação da informação; opera com a rotina e não com a criação, pelo trabalho dos conflitos.

Onde houver burocracia a luta democrática é necessária, e uma existência democrática é impossível, e eu falo por experiência própria. Ora, isso significa que não se trata, para nós, de enxugar a máquina burocrática. De diminuir quantitativamente a máquina burocrática. Trata-se de tomá-la, sem dúvida nenhuma, mexer nela. Mas sob a perspectiva de exercício do controle sobre ela. É preciso que haja um *poder universitário* que possa exercer o controle sobre a

burocracia para que ela não se realize como um poder, que é o verdadeiro poder que rege a USP.

Ora, há uma peculiaridade na regência burocrática, muito importante para nós, que é a seguinte: um burocrata nunca diz para você que pode ou que não pode (em geral ele diz que não pode, raramente ele diz que alguma coisa pode) sem um fundamento legal: há sempre uma lei, uma norma, uma regra que garante a impossibilidade de uma ação. Sempre. Ora, isso significa que nós daqui por diante vamos simplesmente ignorar o universo da lei? Não. Mas significa antes de mais nada, e isso é um trabalho teórico que nós como universitários temos que fazer, de destruir na área que nos compete uma forma do fetichismo, assim como existe a mesa dançando sob seus próprios pés, existe a lei como fetiche.

A burocracia define a lei como uma entidade transcendente dotada de asas e um halo e que desceu do empíreo celeste sem que ninguém saiba como nem por quê, por uma ação miraculosa, inexplicável. O que se perde de vista, portanto, é: o que é a lei? A lei é a expressão de um conjunto de ações sociais e políticas que exprimem, num dado momento histórico, a lógica das forças, a lógica do poder e a forma assumida pela luta de classes e a distribuição do poder na divisão social. É isso que a lei exprime. Portanto, embora a lei aspire (e sem isso ela não seria lei) à universalidade, a cada passo a universalidade da lei é a universalidade possível naquele momento, e que se revela praticamente a seguir co-



mo uma particularidade que impede tudo.

É por isso que pouco a pouco a lei vai-se tornando, principalmente no Brasil, expressão do privilégio e forma da repressão. Ora, se nós não desmontarmos o fetichismo da lei, afirmando a cada passo que a lei é um esforço social e político de referência à generalidade e à universalidade, de criação e garantia de direitos, e que como tal ela é produto histórico e que como tal ela pode ser desfeita e refeita, nós não temos uma arma contra o argumento burocrático. Então, penso que na questão da autonomia nós temos que encontrar um conjunto de estratégias pelas quais, por um lado, nós limitemos a ação da burocracia, e por outro lado nós quebrems, pelo pé, o lugar onde a legitimidade do exercício burocrático se dá, que é a crença fetichista num ícone chamado *a lei*. E operar com a idéia de que a lei é ação social e política, historicamente determinada, de homens determinados. E que portanto ela foi feita por nós e pode ser, em condições determinadas, desfeita e refeita por nós em nome, justamente, de uma universalidade que a lei presente não garante e não atende.

Ora, mas tudo estaria muito bem se tivéssemos só a burocracia estatal. Acontece que nós estamos numa situação em que uma segunda operação de caráter burocrático se sobrepõe a outra, e que é a duplicação da burocracia estatal convencional com uma burocracia que copia o modelo de administração empresarial. A primeira é aquela

que, nas nossas afirmações de ações universitárias autônomas, nos opõe a cada passo a lei. Esta outra é aquela que opõe a cada passo a eficiência.

Portanto, estamos bloqueados pelo discurso ideológico da legalidade, que é a forma de a burocracia estatal exercer poder, e bloqueados pelo discurso da eficiência da administração de estilo empresarial. Elas se cruzaram, se sobre-

***Uma das estratégias fundamentais de quebra do prestígio, do poder e da expansão da burocracia de tipo administrativo empresarial na USP passa pela reconsideração, de ponta a ponta, das fundações***

determinaram e se sobrepuseram, e regem a Universidade de São Paulo. Portanto, trata-se aqui também de encontrar as estratégias de quebra desse poder. Estou convencida de que uma das estratégias fundamentais de quebra do prestígio, do poder e da expansão da burocracia de tipo administrativo empresarial na USP passa pela reconsideração, de ponta a ponta, das fundações.

Portanto, temos caminhos para

trilhar. E temos maneiras de fazê-lo. Porque nós, como universitários, somos capazes de pensar o problema, de compreendê-lo, autonomamente, e de buscar então as formas de ação pelas quais nós possamos quebrar os obstáculos à autonomia. Do mesmo modo que a ação política, se enfrenta o obstáculo econômico na autonomia do conhecimento, a atividade de demolição do fetichismo de uma falsa legalidade e do fetichismo da eficiência empresarial, particularmente quebrando o poder das fundações, significa para nós uma nova definição de autonomia administrativa e de autonomia financeira. Essas palavras não são palavras de ordem, *slogans*, chavões. Elas se referem à nossa maneira mesma de ser e de agir e às possibilidades que estão abertas para nós de mudança da universidade no campo da autonomia.

O segundo ponto é a valorização da docência. Qual é nossa situação hoje? A nossa situação hoje é a da escolarização da universidade. Que é escolarização? O aumento do número de disciplinas, o aumento das horas-aula, a contagem da atividade estudantil por créditos, a aferição meramente quantitativa desse trabalho, segundo o número de matriculados, o número de evasão e o número de formados, e um processo pelo qual nós nos tornamos, pouco a pouco, a substituição precária do ensino médio, do segundo grau. Esta situação, que começa lá nos anos setenta, à medida que foi se institucionalizando se tornou, sobretudo para os estudantes mais jovens e para os profes-

res mais jovens, algo que faz parte da natureza das coisas.

Costumo dizer: tem o mar, o rio, a floresta, o céu, o trovão, o raio, e as horas-aula. Tudo faz parte da natureza das coisas. Não faz. Isso é uma instituição. Foi instituído assim. Foi um processo pelo qual o que se deu foi a perda do caráter propriamente universitário da docência, para dar à docência uma dimensão de pura escolarização. E a prova disso é simples: as famosas avaliações avaliam a produção, e a produção é: em quantos congressos foi, quantos papéis publicou, quantos livros escreveu, em quantas notas de rodapé apareceu... A docência não faz parte da avaliação. Ela nem entra no cômputo da avaliação universitária. Ela não é nada. Deletaram.

Que quer dizer valorizar a docência? Em primeiro lugar significa, em termos mais imediatos, a diminuição do número de disciplinas, do número de horas-aula, do número de créditos, e o remanejamento do trabalho do corpo docente e do corpo discente, numa redivisão que permita professores suficientes para poucos alunos em aulas em tempo menor. Uma aula universitária, e foi com isso que fui formada na USP, é preparada. O professor que prepara uma aula lê uma bibliografia, opera com comentadores, intérpretes, posições diferentes, redige a aula, dá a aula, discute. Prepara seminários, discute os seminários. Como é possível um professor dando duas, três, no nosso caso quatro horas de aula, hoje, amanhã, depois, para uma classe de cem, cento e cinquenta,

duzentos? Que aula ele prepara?

É um escândalo nessa universidade o professor precário. O professor flexibilizado, não é? E mais: isso coloca, evidentemente, a questão salarial. Por quê? Porque para você preparar adequadamente o seu trabalho docente, você não pode fazer dez bicos para poder fazer a feira, pagar o sapato e o dentista dos filhos, e comprar o arroz e o feijão. Você não

***As famosas avaliações avaliam a produção: em quantos congressos foi, quantos livros escreveu, em quantas notas de rodapé apareceu... A docência nem entra no cômputo da avaliação. Ela não é nada. Deletaram***

pode fazer isso. Você tem que ter condições. É nisto que somos servidores públicos. Se a nossa docência não for uma verdadeira docência formadora, a última coisa que somos e seremos é servidores públicos. Porque o servidor público é aquele que age a serviço do direito do cidadão. E não estaremos realizando esse serviço. Nós não estaremos verdadeiramente cumprindo a cláusula de respeito ao direito do cidadão. Portanto va-

mos dar prejuízo, sim. E é preciso salário decente.

Então, a docência formadora não é uma docência simplesmente informativa, repetitiva e rotineira. Ora, isso significa que para uma boa parte dos docentes que entram na docência já com essa Universidade dessa maneira vai ser preciso um trabalho político, psicológico e intelectual intenso, para repensar, reconsiderar e reaprender a preparar e dar aulas. Porque isso também desapareceu na Universidade. Então a revalorização da docência e a defesa da docência significam também que nós, enquanto docentes, temos muito trabalho pela frente. Porque nós desaprendemos o que é uma aula universitária. O que é preparar, o que é proferir, e o que é avaliar uma aula universitária. É um trabalho para nós também, se nós queremos a melhoria.

A revalorização da pesquisa: o que é hoje a pesquisa? Um colega meu lembrava para um grupo de amigos que o que hoje em dia na Universidade se chama de pesquisa é na verdade uma seqüência profissional e de carreira. Ou seja, há uma confusão entre a titulação — e os prazos de titulação, que fazem parte da carreira — e a pesquisa. Essa confusão não é gratuita. É que no começo era a pesquisa que fazia de você um doutor. Era a pesquisa que fazia de você um livre-docente. Hoje é o contrário. É porque você precisa ser mestre, ou é porque você precisa ser doutor, ou é porque você precisa ser livre-docente, ou você precisa ser adjunto, ou você precisa ser titular, por-

que você precisa sobreviver — ou porque você quer poder, depende, né? — que você apresenta coisas e chama elas de pesquisa. É isso que é avaliado e considerado produtivo. Não tem pesquisa desse jeito.

Ou seja, a revalorização da pesquisa significa desvincular a pesquisa de um tempo externo ditado pela carreira acadêmica. Tem que repensar a carreira. Você não pode manter esse ritmo externo e absurdo da carreira e a verdadeira idéia de pesquisa. Você tem que reformular ou o tempo da carreira e a própria carreira, ou desvincular a carreira e a pesquisa. O que nós temos hoje é uma heteronomia que impede a pesquisa, a verdadeira pesquisa.

O segundo ponto se refere sobretudo aos alunos de pós-graduação e aos jovens professores: a confusão que se estabeleceu na nossa cabeça entre as exigências e prazos das agências financiadoras e as exigências e prazos internos à pesquisa. Que as agências financiadoras estabeleçam os seus critérios, suas normas, suas regras, suas exigências e seus prazos e digam: um mestrado é financiado por nós no máximo por dois anos, dois anos e meio, um ano, um ano e meio. Um doutorado... tudo bem. As agências têm lá sua lógica própria, e seus motivos para funcionar assim. Podemos depois um dia fazer um debate sobre as agências. É outro debate. Mas suponhamos que tudo bem. O que não é possível é nós interiorizarmos as regras, normas, prazos e exigências das agências — que com a pesquisa têm puramente a relação financeira, só, não têm mais nenhuma —,

nós tomarmos isto como a maneira pela qual nós vamos agora organizar a pesquisa universitária!

E submetemos nossos estudantes, e os jovens professores, a prazos e trabalhos que deixam a todos insatisfeitos, aquém de tudo que poderiam fazer, e que não precisa ser assim, se aquilo que você levar em conta for a lógica e a necessidade interna da própria pesquisa. Nós estamos numa relação de he-

***Revalorizar a pesquisa significa desvincular carreira e pesquisa, e sobretudo desvincular a pesquisa das imposições das agências financeiras. Estamos deixando que a nossa produção teórica seja determinada de fora***

teronomia naquilo que é a expressão mais alta da Universidade, que é a sua produção teórica. Estamos deixando que a nossa produção teórica seja determinada de fora, e não pela lógica interna do trabalho intelectual, e das exigências que ele faz. Então, revalorizar a pesquisa e redefinir a pesquisa significa portanto ou repensar a carreira e o vínculo disso com a pesquisa, ou desvinculá-las, e sobretudo desvincular a pesquisa das imposições

das agências financeiras. Mas isso significa também uma mudança na nossa mentalidade, e na nossa prática de orientação.

Vou dizer uma coisa pesada, mas é preciso ser dita: orientandos são pesquisadores, eles não são serviços dos orientadores, nem são a via para receber a reserva técnica. Em segundo lugar, a pesquisa não pode se subordinar às necessidades do mercado. Por que o que são as necessidades do mercado, sobretudo *neste* país, não é? Sobretudo neste país. Se ainda estivesse falando do mercado lá em cima, ainda podia ser. Mas aqui? Gente, tenha dó. Tenha a santa paciência. Então, que é exigência do *mercado* no Brasil? Rotina, repetição, e tudo que é solicitado é aquilo que não inclui nem inovação, nem criatividade, nem originalidade, nem profundidade. Originalidade e criatividade o mercado pede para as agências de publicidade. Para nós, não.

Então, se nós temos razões teóricas, práticas, políticas e históricas para resistirmos à determinação pelo mercado, no caso brasileiro nós temos a obrigação de fazê-lo, se nós queremos pesquisa. Porque o vínculo que se estabelece entre o mercado brasileiro e a pesquisa na Universidade é a ausência da pesquisa. Eu tinha mais dois pontos, mas eu vou interromper, que são a nossa relação com as agências de financiamento de pesquisa, basicamente por quê não pode ser uma relação de subordinação, e depois a questão da extensão universitária. Mas durante o debate a gente conversa sobre isso. Tá? Muito obrigada. RA